MONÇÕES
REVISTA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UFGD

DOI: 10.30612/rmufgd.v11i22.14716

A política externa bolsonarista e a aproximação com os Estados Unidos: o fundamentalismo cristão como agente unificador

The Bolsonaro's foreign policy and the rapprochement with the United States: the Christian fundamentalism as unifying agent

La política externa bolsonarista y la aproximación con los Estados Unidos.: el fundamentalismo cristiano como agente unificador

Leonardo Alexandre dos Santos
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG)
Poços de Caldas, Minas Gerais, Brasil
E-mail: l.alesantos96@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0001-5154-2780

Tales de Paula Roberto de Campos
Universidade de São Paulo (USP) São Paulo, São Paulo, Brasil
E-mail: talesdepaula0@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-1818-7163

Resumo Durante a segunda metade da década de 2010, passou-se a perceber no continente americano a ascensão dos discursos de extrema-direita, que categorizou a chamada "onda conservadora" ou "neoconservadorismo". A extrema-direita é pautada pela defesa do conservadorismo no que concerne aos valores sociopolíticos (como a preservação da família tradicional) e pelo neoliberalismo nas vias econômicas. Um dos fatores que incentivou a ascensão dessa vertente ideológica foi o aumento do número de participação política de movimentos fundamentalistas cristão. Um dos países que vem ganhando destaque na incorporação de

tais valores na política nacional é o Brasil, a partir da eleição de Jair Messias Bolsonaro em 2018. O presidente (antes considerado um deputado do "baixo clero") se identifica como sendo parte da matriz judaico-cristã e tem suas decisões pautadas na retomada dos valores tradicionais cristãos do ocidente político. O presente artigo tem como objetivo identificar os fragmentos religiosos na condução da política externa do governo Bolsonaro e analisar até que ponto estes são responsáveis pelo alinhamento com os Estados Unidos do ex-presidente Donald Trump.

Palavras-chave: Política Externa Brasileira; Jair Bolsonaro; Religião; Fundamentalismo Cristão; Estados Unidos.

Abstract: During the second half of the 2010s, the rise of far-right discourses began to be perceived in the American continent, which categorized the so-called "conservative wave" or "neoconservatism". The extreme right is guided by the defense of conservatism with regard to sociopolitical values (such as the preservation of the traditional family) and by neoliberalism in economic ways. One of the factors that encouraged the rise of this ideological trend was the increase in the number of political participation of fundamentalist Christian movements. One of the countries that has been gaining prominence in the incorporation of such values into national politics is Brazil, since the election of Jair Messias Bolsonaro in 2018. The president (formerly considered a deputy of the "low clergy") identifies himself as part of the matrix Judeo-Christian and has its decisions based on the resumption of traditional Christian values of the political West. This article aims to identify the religious fragments in the conduct of the Bolsonaro government's foreign policy and to analyze the extent to which they are responsible for the alignment with the United States of former President Donald Trump.

Keywords: Brazilian foreign policy; Jair Bolsonaro; Religion; Christian Fundamentalism; United States.

Resumen: Durante la segunda mitad de la década de 2010 se empezó a percibir en el continente americano el auge de los discursos de extrema derecha, que categorizaron la llamada "ola conservadora" o "neoconservadurismo". La extrema derecha se guía por la defensa del conservadurismo en cuanto a los valores sociopolíticos (como la preservación de la familia tradicional) y por el neoliberalismo en lo económico. Uno de los factores que favoreció el surgimiento de esta corriente ideológica fue el aumento en el número de participación política de los movimientos fundamentalistas cristianos. Uno de los países que ha ido cobrando protagonismo en la incorporación de tales valores a la política nacional es Brasil, desde la elección de Jair Messias Bolsonaro en 2018. El presidente (anteriormente considerado diputado del "bajo clero") se identifica como parte de la matriz judeocristiana y tiene sus decisiones basadas en la reanudación de los valores cristianos tradicionales del occidente político. Este artículo tiene como objetivo identificar los fragmentos religiosos en la conducción

de la política exterior del gobierno de Bolsonaro y analizar en qué medida son responsables del alineamiento con Estados Unidos del expresidente Donald Trump.

Palabras clave: política exterior brasileña; Jair Bolsonaro; Religión; fundamentalismo cristiano; Estados Unidos.

Recebido em
07/05/2021

Aceito em
08/07/2022

INTRODUÇÃO

A escalada das relações entre organizações religiosas e a política não é um fenômeno novo, tampouco um advento exclusivo do cenário político brasileiro. O protagonismo dos partidos de conotação religiosa remonta, de modo geral, ao final do século XIX e todo o século XX, assumindo novas perspectivas e influenciando o cenário político até a atualidade. No Brasil, a "democracia cristã" desempenha hoje um grande papel representativo e, essa atuação se construiu, sobretudo, após a redemocratização na década de 1980 e com a reorientação neoliberal da legislação (RODRIGUES, 2017).

O crescimento demográfico de cidadãos que se identificam como evangélicos da segunda metade do século XX até o momento, têm legitimado a atuação política de grupos como a "Bancada Evangélica". Desde o início do século XXI, o que se observa é um aumento considerável do interesse e da participação efetiva de religiosos de orientação evangélica no cenário político. A atuação em espaços de poder, jogos eleitorais e o protagonismo em ações públicas denotam o aumento da intervenção fundamentalista cristã nas decisões de importância nacional. (ALVES, 2016).

A fim de se entender o crescimento da vertente religiosa no campo da política, buscou-se como parte do objetivo que circunda este artigo, investigar a presença do discurso religioso na política externa do governo Bolsonaro. Portanto, este artigo busca entender se e de que forma o discurso religioso cristão fornece parâmetros para a condução da política externa brasileira em relação aos EUA. Visando responder tal pergunta, duas possíveis hipóteses foram levantadas. A primeira é de que há uma influência do discurso religioso na condução da política externa brasileira e esta seria responsável por conduzir o alinhamento com os Estados Unidos através da identificação entre as partes. A segunda hipótese é de que o alinhamento à potência norte-americana ocorre sob outras variáveis se não o compartilhamento dos valores conservadores cristianizados.

Para isso, o artigo é subdividido em quatro tópicos. No primeiro momento, será apresentada uma análise inicial sobre o fundamentalismo cristão e sua ligação com o cenário político brasileiro. Em seguida, é feito um breve panorama da ascensão de Jair Bolsonaro à presidência brasileira e dos fatores que foram permissivos ao mais alto cargo da república. Em um terceiro momento, faz-se uma retomada histórica da relação Brasil-EUA em termos de estruturação da política externa brasileira, de modo a contrapor os períodos de alinhamento automático e pragmatismo à potência norte-americana. Por fim, na quarta e última parte serão testadas as hipóteses com base nas principais propostas de política externa do governo Bolsonaro: a

CC BY NC SA

mudança da embaixada de Tel Aviv para Jerusalém; o reforço ao pleito pela vaga na OCDE; e a participação brasileira na Comissão dos Direitos Humanos da ONU.

1. A ASCENSÃO DO FUNDAMENTALISMO CRISTÃO NO BRASIL

Para compreender as raízes do pensamento conservador cristão e sua ascensão no cenário brasileiro, é essencial a contextualização de como este discurso ascendeu nos Estados Unidos e eventualmente foi importado no Brasil. A base do neoconservadorismo americano se estabeleceu nos Estados Unidos a partir da década de 1930, sendo composto inicialmente por estudiosos judeus contrários ao marxismo. Porém, a partir da década de 1970, o movimento passou por mudanças agregando a força do sentimento anticomunista entoado pelo Maccarthismo, se aproximando cada vez mais da retórica economista liberal e de posições mais tradicionalistas do catolicismo demagógico e populista. A junção de todos estes setores ganhou popularidade na década de 1960 e aos poucos, começaram a assumir postos dentro da política norte-americana (HIGH, 2009).

Segundo High (2009), o neoconservadorismo se estabeleceu de forma mais evidente nos Estados Unidos a partir da eleição do governo George W. Bush, uma vez que uniu diversos setores com agendas próximas ao pensamento neoconservador: “cristianidade evangélica [...], grandes negócios (mas não indústria de alta tecnologia) especialmente grandes petrolíferas (Halliburton e o vice-presidente Cheney), e, em terceiro lugar, ‘neoconservadorismo’ (*think-tanks*, William Kristol, Paul Wolfowitz et al.)” (HIGH, 2009, p. 475).

Em termos de política externa, Dusanic e Plemen (2009) destacam que esta visão começou a encontrar dificuldades para se sustentar após o final da década de 1990 e com o fim da Guerra Fria uma vez que, adotando a perspectiva de autores como Francis Fukuyama, o neoconservadorismo tinha o anticomunismo como combustível principal do seu modelo de atuação. Todavia, em um cenário pós-11 de setembro, os autores acreditam que os *neocons* tiveram que se reinventar, ainda mais em um contexto de declaração de guerra ao terror e contra qualquer tipo de regime islâmico visto como inimigo nacional, conforme foi explorado pela narrativa americana em eventos como o embargo ao petróleo da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) em 1979 e na Guerra do Golfo em 1990-1991 (DUSANIC; PENEV, 2009; GERTEIS; HARTMANN; EDGELL, 2020).

No Brasil e majoritariamente na América Latina, a ascensão do discurso neoconservador ganhou força a partir das décadas de 1970 e 1980, principalmente através da vertente católica. Durante este período, dois movimentos foram centrais para a expansão deste movimento po-

CC BY NC SA

lítico: em primeiro lugar, a popularidade do Reaganismo e algumas das suas mais tradicionais bandeiras (defesa do Estado de Israel e o fomento a políticas armamentistas) somado ao crescente envolvimento das igrejas com o campo cultural, político e assistencialista passou a se tornar comum dentro do círculo das novas igrejas que ascendiam no Brasil na década de 1970 (MORAES, 2010; LACERDA, 2018). Academicamente, este novo comportamento foi nomeado como a "Teologia da Prosperidade" e a "Teologia do Domínio". Esta teoria dispõe do fato de que o instrumento de poder perpassa pelas elites políticas mundiais escolhidas para defender os valores católicos e cujo primeiro movimento, para a sua consolidação, perpassa pelo ensino infanto-juvenil e a defesa do pensamento anticomunista (SOUZA; MAGALHÃES, 2002). Já na Teologia da Prosperidade, a cura pela fé e pelo poder dos ritos sagrados (ainda que não seja um processo totalmente difundido em todas as igrejas), somado à busca pelo sucesso financeiro (podendo abranger a busca pela realização emocional, familiar, entre outros) dos adeptos tem relação com o sucesso da Igreja, de tal forma que a prosperidade individual depende do sucesso do grupo como um todo:

> A Teologia da Prosperidade tem como essência a ideia básica de que Jesus Cristo já redimiu a humanidade, de modo que todo seguidor tem com legítimo direito à riqueza, saúde e sucesso *nesta vida*, portanto, *aqui* e *agora*. Se tal êxito não ocorre é porque a pessoa supostamente está em falta com Deus e entregue às ações demoníacas. Para reverter essa situação o adepto deve fazer à igreja doações materiais, financeiras, contribuindo concretamente, portanto, com o trabalho de evangelização por ela executado. Quanto maiores são as ofertas, mais "direito" tem o adepto da igreja de "exigir" de Deus o cumprimento de sua parte do acordo, ou "contrato de fé". O apelo por doações se sustenta nessa peculiar interpretação do adágio franciscano "é dando que se recebe" (SOUZA, 2011, p. 14).

Somado a esta predestinação social, o crescimento da igreja católica e neopentecostal através da compra de diversos meios de difusão comunicacional como redes de televisão, rádios, ampliação e/ou a construção de novos templos religiosos (potencializado pelo "empreendedorismo pentecostal" de massa exercido por segmentos como a Igreja Universal do Reino de Deus) ajudou a reforçar a disseminação do neoconservadorismo com raízes cristãs e favoreceu o desenvolvimento de um domínio econômico do líder cristão, para além da plataforma religiosa (SOUZA, 2011). Desta forma, pode-se considerar que certas vertentes do pensamento neoconservador cristão se aliam ao campo comercial, apoiando-se no consumo de produtos massificados como redes de televisão e de rádio. Além disso, Copelli (2014) acrescenta que em determinados setores, o neopentecostalismo brasileiro adotou uma mentalidade de "guerra espiritual" e de confrontação com o cenário sincretista que o Brasil possui em termos religiosos (COPELLI, 2014).

CC BY NC SA

A grande capacidade de difusão televisiva e radiofônica também faz parte de um esforço dentro do próprio grupo neopentecostal e cristão a fim de abrir espaços de atuação dentro da política, o que levaria o fenômeno evangélico a resolver as aflições dos fiéis dentro dos cargos públicos (COPELLI, 2014). Indiretamente, Lacerda (2018) destaca que o alinhamento do lobby evangélico com a Casa Branca durante a administração Reagan ajudou a fortalecer vários destes aspectos neopentecostais e cristãos em países da América Latina durante década de 1980, fortalecendo bandeiras contra quaisquer políticas progressistas ou liberais que significassem grandes mudanças sociais. Politicamente, tais posicionamentos ajudaram a fortalecer os "conflitos de baixa intensidade" contra pautas contrárias ao interesse neoconservador, favorecendo a lógica de "guerra espiritual" contra medidas anticristãs (LACERDA, 2018, p. 47).

Além do número expressivo de praticantes, a ascensão dos grupos de vertente cristã conservadora na política tem como alicerce um trabalho de proximidade com grupos sociais periféricos na sociedade brasileira que se mantém desde os anos 1980, conhecidos como as "comunidades carismáticas" (FRESTON, 1993, p. 113). Considerando certos espaços sociais em que o Estado não consegue exercer o poder e a autoridade, as Igrejas agem nestes locais onde há um abandono das classes mais afastadas, como também evangelizam esta parcela da população que ainda se identifica com o catolicismo, por mais que estejam distantes ou se afastando do cristianismo (GABATZ, 2017). Desta forma, levando em conta tais fatores, não se pode desprezar o impacto político dos grupos neopentecostais no Brasil democrático pós-1988.

Em termos midiáticos, a redemocratização do país durante a década de 1980 passou por períodos de forte apoio do lobby evangélico norte-americano, a exemplo do apoio oferecido pelo pregador Jimmy Swaggart às rádios evangélicas brasileiras. Da mesma forma, vários editoriais de literatura cristã no Brasil foram orientados por missões norte-americanas a associar o momento político do país a dualidade entre o comunismo e a democracia - principalmente com relação à polarização representada pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e a Aliança Renovadora Nacional (ARENA). O MDB era visto como um partido demonizado, enquanto o ARENA era venerado (LACERDA, 2018). O desenvolvimento do neoconservadorismo a partir da perspectiva cristã tradicionalmente relacionadas ao campo da política (podendo ter, até mesmo, partidos próprios) é um fenômeno comum no Brasil e também em outros países do globo. O poder cristão neoconservador pode ser traduzido a partir da chamada "Bancada Evangélica", que vem crescendo desde a volta do Brasil ao regime democrático. Em 1994, haviam cerca de 21 deputados federais. Em 2020, a cifra de membros da bancada englobou 105 deputados e 15 senadores, contendo 20% dos congressistas de Brasília (COPELLI, 2014; CONGRESSO EM FOCO, 2020). Por mais que tenha crescido muito ao longo dos anos, já na década de 1990, a mesma bancada, sob o nome de Frente Parlamentar Evangélica do Con-

CC BY NC SA

gresso Nacional (FPE), liderada pelo deputado federal Pastor Eurico já buscava avançar com projetos que viriam a ganhar força novamente no congresso 20 anos depois, como a redução da maioridade penal. Além disso, os trabalhos deste setor dentro do legislativo se estendiam às eleições municipais, através da eleição de prefeitos, vereadores e vice-prefeitos alinhados aos interesses cristãos (DIP, 2018).

De forma orgânica, as maiores igrejas do país (Assembleia de Deus, IURD e a Igreja do Evangelho Quadrangular) passaram a participar do campo político, uma vez que foram as primeiras. Além disso, a pluralização fez com que com que líderes pentecostais fossem alçando cargos maiores na política. De acordo com Lacerda (2017), três eram os tipos de candidatos pentecostais escolhidos pelos templos: primeiro, eram os candidatos apoiados pela igreja, mas que não eram diretamente vinculados a alguma instituição; em segundo, havia os candidatos oficialmente vinculados à igreja e em terceiro, candidatos que possuíam apoio discreto dos setores pentecostais. Desta forma, além de se tratar de um objetivo definido pelos dirigentes, a expansão dos pentecostais para o campo da política também se relaciona com a luta para consolidar suas próprias igrejas locais nos altos escalões (LACERDA, 2017). No que concerne ao poder Executivo, o apoio das igrejas aos governos brasileiros pós-1988 variou ao longo do tempo. Por exemplo, o ex-pastor Paulo Velasco afirmou que, em razão do temor apresentado pela campanha de Lula em 1989, os segmentos evangélicos apoiaram Fernando Collor, o qual prometeu uma relação estável com estes grupos, mas que não ofereceu avanços significativos durante seu curto mandato. No governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), observou-se a mesma falta de inércia do governo federal para com os evangélicos, de tal forma que, midiaticamente, o tratamento diferenciado dado a emissoras como a Globo frente a Record foi negativo para os dois lados (CARDOZO CUNHA, 2017).

Já em 2002, perante a eleição de Lula para a presidência, o Partido dos Trabalhadores (PT) conseguiu estabelecer uma aliança sustentável com a Igreja Universal, uma vez que o então vice-presidente, José de Alencar, foi o responsável por tecer e aproximar o empresariado evangélico junto ao governo. No campo eleitoral, partidos cristãos em que os protestantes se encontram em sua maioria filiados, como o Partido Social Cristão (PSC) e o Republicanos (antigo Partido Republicano Brasileiro, o PRB) ganharam muito espaço em diversas prefeituras brasileiras ao longo das eleições de 2010, passando a ter autonomia própria para se elegerem. Com todo este poder se acumulando ao longo dos anos, entre 2010 e 2013, esta breve aliança entre petistas e setores ligados ao cristianismo foi sofrendo abalos significativos.

Em 2010, o perfil progressista de Dilma Rousseff causou estranhamento e temores aos setores cristãos, principalmente com relação a temas como o aborto. Ao ganharem espaço nos

CC BY NC SA

meios midiáticos contra diversos temas nos debates, como é o caso da agenda de costumes, o setor cristão (simbolizado pelo Republicanos) foi um dos primeiros a sair da base do governo em 2013, além de compor parte da legislatura opositora ao governo que conduziria o congresso entre 2015 a 2019, sob a liderança do deputado federal Eduardo Cunha, membro ativo do segmento neopentecostal-católico no Congresso Nacional. A volatilidade do mandato petista somado à ausência de equilíbrio político de Dilma levou a este cenário no qual os evangélicos começaram a ascender entre as gestões Lula e Dilma (CARDOZO CUNHA, 2017; ALVES, 2016).

A partir de 2013, culminou-se no Brasil ondas de protestos que abarcavam o descontentamento político, econômico, social, cultural e jurídico. O principal motivo do início das manifestações uniu uma série de motivações de bandeiras ideológicas que foram sendo capturadas ao longo do desenvolvimento dos protestos. Alonso (2017) destaca que o fato de o Brasil estar sediando eventos mundiais de grande relevância como a Copa das Confederações de 2013, a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016 contribuiu para o ambiente de revolta popular. Além disso, o governo Dilma não tinha proximidade com representantes de importantes classes sociais e grupos de interesse, permitindo que uma série de queixas fossem capitalizadas pelos manifestantes em 2013, por mais que os protestos tenham sido iniciados devido aos reajustes nos preços do transporte público nas grandes capitais do país. Logo depois, o movimento teve suas pautas descentralizadas, assim como seus participantes. Desta forma, demonstrações de descontentamento tradicionalmente vinculados ao partidos social-democratas e de inspiração socialista perderam espaço para a tática *black bloc*[1] e anti-capitalista, sendo depois lideradas por manifestantes fortemente ligados ao nacionalismo vivido pelo Brasil pré-democrático da década de 1980 (ALONSO, 2017; AVRITZER, 2016).

Apesar da confluência de ideia que regeram junho de 2013, consolidou-se um sentimento de "antipetismo" aflorado pelos escândalos de corrupção envolvendo dirigentes do Partido dos Trabalhadores e pela série de implementações de políticas sociais deste partido (ALMEIDA, 2019). Os mais notáveis opositores do PT são os considerados "conservadores" da ultra-direita, que defendem o conservadorismo no âmbito político e o liberalismo em assuntos econômicos (PINHEIRO; LIMA, 2019). Por sua vez, é esperado que as políticas de incentivo e inclusão social (como o Bolsa Família) não viessem a agradar a extrema-direita brasileira.

1 Forma de organização de protesto violento sem um núcleo organizacional definido, que adquiriu maior relevância a partir da década de 1990 com a ascensão da globalização e da neoliberalização dos mercados. Em termos de protestos, os *black blocs* são frontalmente contra formas de manifestação pacifistas, como por exemplo as passeatas propostas por Martin Luther King durante a Guerra do Vietnã (OLIVEIRA, 2016).

Autores como Albuquerque (2018), Lima e Albuquerque (2019) e Almeida (2019) defendem que o início dos protestos foi imprescindível para o impulsionamento da onda conservadora no Brasil e, consequentemente, para os resultados da corrida eleitoral de 2018. Tal avaliação se deve ao fato de que o antipetismo e a perda da legitimidade das instituições políticas foram responsáveis por elevar o sentimento de insegurança da população, que, por sua vez, no pleito nacional de 2018, optou por votar em candidatos que prezassem pela militarização dos setores públicos e que se afastassem da linha de pensamento proveniente das gestões FHC, Lula e Dilma (ALBUQUERQUE, 2018; LIMA; ALBUQUERQUE, 2019; ALMEIDA, 2019). Neste sentido, Jair Messias Bolsonaro (na época, filiado ao Partido Social Liberal, PSL) demonstrou ser um candidato ideal à extrema-direita, se elegendo com a proposta de "acabar com a corrupção do governo petista anterior" e "retomar os costumes tradicionais".

Uma das variáveis que teve grande relevância durante as eleições de 2018 foi o perfil religioso dos votantes. Segundo uma pesquisa divulgada pelo DataFolha, os católicos tiveram maior peso na participação dos votos, tanto de Haddad (62,9%) quanto de Bolsonaro (51,5%). Entretanto, quando são consideradas as diferenças entre os votos dos dois ex-candidatos, há grande preponderância da matriz evangélica em favor de Bolsonaro. Enquanto Haddad recebeu 10.042.504 dos votos dos evangélicos, Bolsonaro contou com 21.595.284, totalizando uma diferença de 11.552.780 votos, conforme aponta o *Quadro I*.

Quadro I - A presença do voto evangélico na eleição de Jair Bolsonaro

Distribuição do eleitorado por tipo de religião, com correção dos dados do Datafolha

Religião	Votos de Bolsonaro	Votos de Haddad	Diferença
Católica	29.795.232	29.630.786	164.446
Evangélica	21.595.284	10.042.504	11.552.780
Afro-brasileiras	312.975	755.887	-442.912
Espiritas	1.721.363	1.457.783	263.580
Outra religião	709.410	345.549	363.862
Sem religião	3.286.239	4.157.381	-871.142
Ateu e agnóstico	375.570	691.097	-315.527
Total de votos	57.796.074	47.080.987	10.715.087

Fonte: Pesquisa Datafolha divulgada 25 de outubro de 2018

Fonte: Extraído de Alves (2018)

CC BY NC SA

A participação evangélica na onda conservadora que atinge o Brasil tem sido alvo de grande discussão. Apesar de nem todos os conservadores serem necessariamente evangélicos e vice-versa, Almeida (2019) aponta quatro forças da onda conservadora pelas quais é possível relacionar-se com as demandas dos grupos dessa religião. A primeira delas refere-se ao posicionamento econômico dos evangélicos, que tem suas bases na Teologia da Prosperidade neopentecostal, discutida anteriormente. Nesse sentido, justamente pelo incentivo ao esforço individual para as conquistas pessoais, o Estado deve ser fraco na economia e as políticas sociais são vistas como ilegítimas, ao passo que são responsáveis por gerar um certo "comodismo" à população. Sendo assim, a Teologia da Prosperidade se relaciona com o apelo neoliberal, uma vez que o posicionamento econômico voltado à aquisição material individual advém de um código moral que rege essa camada religiosa (ALMEIDA, 2019).

Neste processo de ascensão do pensamento neoconservador em meio à esfera cristã, a própria participação da Bancada Evangélica tem destaque nos processos de decisão do poder legislativo. De acordo com Rivera e Fidalgo (2019), a confusão da esfera privada com a esfera pública é uma característica do governo Bolsonaro e é evidenciada principalmente através do slogan "Deus acima de tudo". A frase significa uma imposição do pensamento fundamentalista cristão a todas as outras matrizes e pressupõe a existência de uma entidade maior aos não-crentes em um Estado teoricamente laico (RIVERA; FIDALGO, 2019).

O terceiro fator do pensamento conservador brasileiro se debruça sobre o posicionamento desses religiosos no que se refere aos temas envolvendo segurança. Neste quesito, ficou latente a defesa por políticas mais pontuais por parte dos aparelhos de segurança do Estado em temas como a redução da maioridade penal em prol da preservação da família tradicional brasileira. Tais valores foram ganhando força com a proposta de governo bolsonarista, uma vez que a existência de uma pauta moral com alicerces voltados à proteção do modelo cristão explorou intensamente os temores de uma eventual dissolução causada por propostas vindas do campo progressista. Por tal motivo, a ordem é vista como uma saída frente a tais ameaças. Diante de um cenário de retração da economia brasileira e de acentuação dos problemas sociais (principalmente da violência urbana), tal discurso neoconservador é extremamente crítico a quaisquer tipos de postura que signifique "defender o bandido". Neste sentido, a revogação do Estatuto do Desarmamento também se trata de uma bandeira que visa proteger o arquétipo de cidadão de bem (R. M. SANTOS, 2019; QUINTELA, 2020). Isso se relaciona com as inseguranças promovidas pelo descompasso entre a sociedade e o sistema político devido às séries de descontentamentos com o governo anterior, resultando assim na demanda por maior militarização (ALMEIDA, 2019; ALBUQUERQUE, 2018).

CC BY NC SA

O quarto e último fator da ideologia conservadora teve como palco as relações interpessoais. Através de conversas (virtuais ou presenciais), o ódio político foi disseminado por meio de *fake news* (como a ideologia de gênero nas escolas e o *"kit gay"*)[2] e da fobia contra a população marginalizada, separando de um lado os "cidadãos de bem" e de outro o grupo inimigo que deve ser combatido: o menor infrator, o LGBTQIA++, a feminista e o esquerdista (ALMEIDA, 2019; ALBUQUERQUE, 2018).

Visto que parte da sociedade (estruturada pelo governo) tende a visualizar a política nacional de acordo com os princípios da fé cristã, a próxima seção visa relacionar a estruturação da política externa de Bolsonaro com os EUA de Donald Trump, para que seja possível, em um último momento, analisar até que ponto o alinhamento Brasil-EUA ocorre por meios religiosos.

2. A ESTRUTURAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E A ALIANÇA COM OS EUA

Comparada à estruturação tradicional da política externa brasileira, evidencia-se uma relevante dissonância da atual formulação do governo Jair Bolsonaro. Pautada em uma espécie de "ocidentalismo" conduzido pela grande potência norte-americana, o Brasil se afasta da diplomacia universal e passa a estabelecer maiores laços com os países desenvolvidos do ocidente político. Isso fica claro quando se é levado em consideração os recentes esforços brasileiros para pleitear a vaga da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico): organização fundada essencialmente pelos países mais desenvolvidos.

Seguindo o pensamento de Ernesto Araújo (ex-ministro das relações exteriores), o ocidente político está ameaçado não só no âmbito político e econômico, como também no plano cultural, o que justifica sua identificação com as medidas nacionalistas pró-ocidente de Donald Trump. Segundo o então ministro, o ocidente político é também um "território de espírito", no qual há uma "enorme massa de palavras e sentimentos, ideias e crenças formada ao longo de 25 ou 30 séculos" e que está atualmente fadado ao desaparecimento devido à perda da identidade cultural e ao desaparecimento dos "laços de cultura, fé e tradição que nos fazem quem somos" (ARAÚJO, 2017).

2 O caso do Kit Gay faz alusão a uma notícia falsa amplamente propagada pelo presidente Jair Bolsonaro, durante o período das eleições presidenciais de 2018, se referindo a livros distribuídos pelo governo federal durante a gestão petista. O então candidato tentou vincular a imagem do seu adversário, o ex-ministro Fernando Haddad à criação de um material para crianças voltado à "desconstrução da heteronormatividade", segundo o próprio Bolsonaro (FIGUEIREDO, 2018; LUPA, 2018).

CC BY NC SA

Diante desse pensamento que conduziu a atual política externa brasileira, vale destacar que o baluarte de todo esse conjunto de ideias teve suas fontes no ideólogo Olavo de Carvalho, considerado o "guru do governo Bolsonaro". Em um de seus livros *"O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota"*, o ideólogo discorre sobre temas constantemente apontados pelas bases de Bolsonaro, como o "gayzismo", "abortismo", "marxismo cultural", dentre outros. Além de tudo, Olavo reitera frequentemente a temática do desmoronamento da fé e da ordem cristã pela perda dos costumes tradicionais do ocidente. Olavo é constantemente apontado como uma espécie de "ponte" entre a *right-wing* norte-americana e o pensamento neoconservador brasileiro, que se refletia na política externa através do então ministro Ernesto Araújo (CARVALHO, 2014; GORTÁZAR, 2019).

Para o ex-chanceler, o agente unificador e o produto comum da cultura ocidental estão pautados na fé cristã, que segundo ele, não mais estão presentes na Europa como antigamente, mas ainda perduram nos EUA. Sendo assim, os EUA eram exaltados pela concepção do ex-Ministro, por serem encarregados de "levantar a bandeira de um Ocidente moribundo" e preservar os costumes tradicionais da fé cristã católica e neopentecostal, ameaçadas pelo "marxismo cultural"[3], pela ascensão do extremismo islâmico – ambos no âmbito internacional – e pela perda da fé dos praticantes na dimensão interna. Nas palavras do ex-ministro:

> Nestas últimas sete décadas não foram os europeus, mas os norte-americanos que preservaram o legado ocidental em seus principais pilares, não só militar e economicamente, não só institucional e politicamente, mas também na vida do espírito: a fé cristã morreu na Europa para todos os efeitos, mas viceja nos EUA (não penso apenas nos protestantes, penso também na Igreja Católica, vigorosa nos EUA, enfraquecida na Europa). O sentido de nação foi banido do *mainstream* cultural e social europeu, mas permanece central na vida americana (ARAÚJO, 2017, p.345).

Ademais, Araújo enxergava a "primazia do espírito sobre o poder material" na liderança e condução de política externa de Donald Trump, ou seja, os elementos simbólicos que permitem a identificação com a história comum do povo ocidental: a cristandade. Essa identificação do ex-chanceler com a figura de Trump pode ser explicada pelas teorias sociocognitivas das Relações Internacionais, como a corrente construtivista, que traz à tona a capacidade que os elementos simbólicos têm de constituir uma estrutura e vice-versa (ARAÚJO, 2017).

3 A ideia de um "marxismo cultural" é amplamente difundida no Brasil pelo autoproclamado filósofo Olavo de Carvalho: guru do pensamento bolsonarista. Segundo o pensador da extrema-direita, o marxismo cultural está impregnado nas esferas institucionais contemporâneas e surgiu através dos ideais da teoria crítica da Escola de Frankfurt, que prezou pela destruição dos costumes ocidentais em prol da libertação do proletariado (CARVALHO, 2002; GORTÁZAR, 2019).

CC BY NC SA

No caso da identificação de Araújo (e também do governo Bolsonaro) com a figura de Donald Trump, evidencia-se o fundamentalismo cristão como um dos fragmentos de todo o sistema simbólico que pauta suas compreensões mútuas acerca e do sistema internacional. A percepção de um ocidente unificado pela história comum do cristianismo e que atualmente está ameaçado por fatores como o marxismo cultural, a ascensão do islamismo e a perda da fé cristã é o que permitiu a construção da intersubjetividade entre ambos. De acordo com o teórico construtivista Alexander Wendt (1999), esse compartilhamento de valores recai sobre a identidade tipo de ambos os governos, que é a base intrínseca dos Estados no que concerne às suas respectivas opiniões e características, como por exemplo o senso de pertencimento ao ocidente político.

É possível destacar, de acordo com os estudos de Wendt (1999), a presença de um outro tipo de identidade: a identidade papel, fincada na então relação de amizade entre o governo brasileiro e estadunidense. Essa é formada quando há uma diferenciação clara entre o "nós" e o "outro": o ocidente e o oriente, o cristianismo e o islamismo, o capitalismo e o comunismo e assim por diante. A partir da identificação de quem são os aliados (nós), tem-se a construção dos inimigos e dos rivais (outros) que devem ser combatidos, a exemplo daqueles que ameaçam a fé cristã ocidental, como o marxismo cultural e a ascensão do "terrorismo islâmico", conforme Ernesto Araújo adereçou os seus desafetos na política externa (ARAÚJO, 2017).

Desta forma, existem maneiras diferenciadas de realizar uma leitura do que significa a política internacional da gestão bolsonarista. De acordo com o argumento do ex-ministro de Relações Exteriores Celso Lafer, a política externa de cada presidente condiz com sua própria personalidade e é colocada em prática com o auxílio de seus ministros. Diante disso, pode-se inferir que a personalidade de Bolsonaro é a de confronto, que perpassa pelo seu período militar, como deputado federal no parlamento e também em sua campanha presidencial através da distinção do "nós" e "eles". Segundo Lafer, essa construção de inimigos em comum que devem ser confrontados (como o comunismo e o marxismo cultural), faz com que o Brasil tenha uma política externa "combativa" aos inimigos imaginários, construídos com base em argumentos irracionais. Desse modo, o ex-ministro conclui que o futuro do Brasil diante das relações internacionais seria o isolamento, uma vez que a busca pela cooperação deu lugar ao combate (LAFER, 2020).

Também há acadêmicos que defendem que a atual política externa, além de irracional, é inexistente. De acordo com o cientista social Guilherme Casarões (2020), a política externa de Bolsonaro é, sobretudo, populista. Para o autor, o objetivo da projeção internacional do Brasil não é simplesmente um plano voltado para os ganhos políticos do país, mas sim uma

CC BY NC SA

plataforma de defesa pessoal do presidente da república e de seu clã, além de uma ferramenta de retaliação contra ataques direcionados aos interesses ideológicos de Bolsonaro. O exemplo ideal da construção do papel do Itamaraty como instrumento pessoal do chefe de Estado brasileiro pode ser visto a partir da própria indicação do seu filho, Eduardo Bolsonaro, para a liderança da embaixada brasileira em Washington, em 2019. Além disso, Casarões também dá destaque à necessidade constante de inimigos externos como forma de manter engajamento com os simpatizantes. Ao manter a presença de rivais políticos capazes de destruir o presidente, Bolsonaro alimenta a coesão de seus apoiadores (CASARÕES, 2020).

Nesta mesma linha de estudos sobre a inexistência de política externa voltada para o interesse público, Fabrício Chagas-Bastos (2019) considera que o governo Bolsonaro se trata de um conjunto de improvisos, além de propostas consideradas simplistas demais ou sem maiores aprofundamentos. Por exemplo, durante a comemoração do governo federal dos primeiros cem dias de gestão, o governo Bolsonaro promoveu-se de que havia cumprido 95% das metas desenhadas - sendo que a maioria delas se tratava de pequenas alterações, como é o caso da retirada da menção ao 'Mercosul' nos passaportes brasileiros, enquanto planos mais ousados como a Reforma da Previdência perderam a prioridade. Portanto, assim como Casarões, o autor acredita que a política externa brasileira no governo Bolsonaro pode ser descrita como um "escudo político" do presidente (CHAGAS-BASTOS, 2019, p. 97). A partir da figura de um diplomata que rompeu com o rígido quadro hierárquico do Itamaraty como Ernesto Araújo, Bolsonaro propôs um modelo de orientação internacional do Brasil que rompesse com a linha-mestra das diretrizes representativas do país no exterior (CHAGAS-BASTOS; FRANZONI, 2019).

Uma terceira leitura pode ser inferida a partir da política externa brasileira: assim como na arena doméstica, a estratégia dos dirigentes do Itamaraty torna este setor uma parte da estratégia de guerra psicológica, causando bravatas e indisposição, a fim de fazer com que o alvo pré-definido não tenha ciência de que estaria sendo manipulado. Portanto, a política externa de Bolsonaro teria um propósito de ser uma 'bomba de fumaça', de modo a camuflar as suas reais intenções (movidas por outros atores aliados ao presidente) por trás de tais declarações (LEIRNER, 2020a; LEIRNER, 2020):

> Seu papel é funcionar como uma espécie de "para-raios sem fio terra". Ele causa a explosão, para possibilitar a ação reparadora dos bombeiros. Esse foi o modelo escolhido, e foi escolhido justamente por ser assim: Bolsonaro atrai o caos para si, enquanto a "solução da ordem" emerge das "instituições que estão funcionando". Dentre elas, a que se considera mais funcional e que fez um trabalho de convencimento da opinião pública para parecer assim é a instituição militar. Então, não é que os militares "aceitam" o que o Presidente diz ou faz (LEIRNER, 2020a).

CC BY NC SA

Levando em conta os posicionamentos que foram considerados por diversos autores acerca da existência (ou não) da política externa do governo de Jair Bolsonaro, é importante constatar que este artigo possui uma visão própria que considera fatores levantados por outros analistas e estudiosos, e que ressalta uma formulação de pensamento próprio: o fundamentalismo cristão é como um catalisador de ideias que unifica o plano político interno brasileiro, ao mesmo tempo em que garante legitimidade à política externa bolsonarista com base nos planos de auto-interesse do presidente e de seu credo. Esses posicionamentos, por sua vez, são custosos à imagem do Brasil no exterior e servem para manter o presidente popularmente relevante e estável para os seus seguidores, mesmo que os ganhos nacionais não estejam claros e suas falas gere cada vez mais segregação entre os Estados. Como um dos fatores agregadores para garantir a coesão interna e manter os direcionamentos voltados aos interesses bolsonaristas no campo diplomático, esta hipótese ainda considera a influência doméstica do campo cristão como um dos grupos políticos responsáveis por manter os seguidores da gestão Bolsonaro unidos e ideologicamente alinhados. Além disso, esse caminho traçado apenas para o bem-estar pessoal da figura do presidente perpassa pelo alinhamento com a Casa Branca - ou mais diretamente, com a figura de Donald Trump.

Visto que a política externa de Bolsonaro para o ocidente tem fortes traços idealistas, que guia a aproximação aos EUA através da identificação, a próxima seção visa analisar o papel dos fragmentos religiosos nas principais decisões do governo. Para isso, foram selecionadas três das principais pautas de política externa do atual governo: o pleito pela vaga à OCDE; a mudança da embaixada de Tel Aviv para Jerusalém; e o discurso do Brasil sobre Direitos Humanos na ONU. Assim sendo, será possível testar as hipóteses para o objetivo que contempla este artigo: analisar a forma como o discurso cristão fornece parâmetros para a condução da política externa brasileira para os EUA.

2.1 A mudança da embaixada para Jerusalém

Uma das maiores promessas no campo da política internacional do candidato Jair Bolsonaro envolvia a transferência da embaixada brasileira de Israel da cidade de Tel Aviv para Jerusalém. Após a eleição, em 2019, a proposta de mudança sofreu recuos, levando à abertura de um escritório comercial na cidade sagrada. Ainda que não tenha sido concretizada e Bolsonaro tenha sido temporariamente persuadido a voltar atrás, em fevereiro de 2020, o chefe de Estado declarou que tal mudança deveria acontecer até o ano de 2021 (FERNANDES, 2021). A busca pela aprovação deste plano tinha como fator essencial a pressão do evangelismo e o

CC BY NC SA

espelhamento nas ações dos EUA de Donald Trump, demonstrando clara inspiração nos ideais do chefe de Estado brasileiro. Desde a sua campanha, em 2018, estar próximo a Israel é vital para os neoconservadores. A proximidade de pautas frente a Israel já estava clara na época do pleito, de acordo com o ex-embaixador do Brasil em Washington, Rubens Barbosa: "Israel é um Estado soberano, que decide qual é sua capital, e nós vamos segui-lo" (BARBOSA, 2019).

Para o próprio ministro israelense, Benjamin Netanyahu, a promessa de Bolsonaro junto às pressões evangélicas também tem um componente de manutenção das alianças globais com países-chave, como uma garantia de soberania nacional. Em termos diplomáticos, o reconhecimento diplomático das embaixadas apoiado por países como o Brasil e os Estados Unidos daria a Israel mais legitimidade sobre Jerusalém na disputa pelo controle da cidade sagrada frente à Palestina (CALDAS, 2019).

Perante tal posicionamento em termos diplomáticos, determinados setores neopentecostais têm uma clara inspiração eleitoral a fim de agregar as massas religiosamente simpáticas ao bolsonarismo, conforme destaca a pastora Jane Silva, da Comunidade Internacional Brasil e Israel:

> Vou dizer por que Bolsonaro não tem outra opção e ele vai mudar a embaixada do Brasil em Israel de Tel-Aviv para Jerusalém. O primeiro ponto: ele já está falando sobre reeleição. Se ele não mudar a embaixada, ele esquece o apoio dos evangélicos. Esquece. Ele vai ficar sem credibilidade e o meio evangélico decide uma eleição, e você sabe disso. Ele não tem opção, ele vai mudar, sim. Ele vai mudar não porque a embaixada de Israel está dando pressão, não é porque os judeus estão dando pressão. Ele vai mudar por causa dos evangélicos (MACIEL, 2019).

Sendo assim, em primeiro lugar, no plano doméstico, a proposta de uma mudança de embaixada tem um fundo político estratégico para Bolsonaro. Este movimento tem uma clara inspiração de manter junto a si o grupo eleitoral neopentecostal, como uma medida de arremate de votos, mesmo que tal medida venha a causar um rompimento com a "solução de dois Estados"[4] historicamente defendida pelo Brasil desde a fundação do Estado de Israel em 1947 (BARBOSA, 2019; MACIEL, 2019).

4 A "solução de dois estados" ou "binacionalismo" é uma proposta resolutiva que foi sugerida a partir de 1946, logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, encabeçado pelo governo britânico e pelos Estados Unidos. O conteúdo deste modelo sugere a formação de duas entidades nacionais com governos democráticos e proporcionalmente iguais. Perante fortes pressões de setores sionistas, esta resolução sempre foi rechaçada (GOMES, 2001).

Em segundo lugar, alinhar-se internacionalmente como um dos poucos países no mundo a propor a alteração da embaixada para Jerusalém era um sinal de apoio à política externa do ex-presidente americano, Donald Trump. Neste quesito, é importante ressaltar que existem muitos conflitos entre a academia sobre o ex-presidente americano ser ou não um neoconservador. Trumpistas declarados como a congressista republicana Marjorie Taylor Green e o advogado de Donald Trump, Rudolph Giuliani buscam favorecer os anseios da América branca, enquanto os neocons da era Bush atendem a interesses elitistas (independente dos recortes sociais), em prol de uma política externa intervencionista, contrário ao isolacionismo de Trump. Desta forma, o mandato do ex-presidente republicano pode ser visto mais como uma força ultraconservadora do que um segmento da administração Bush. Em análises mais aprofundadas, aponta-se a ascensão de Trump como o fim de um projeto em que os EUA se projetam com forte presença em todos os continentes (LEPISTÖ, 2021; MORAES, 2019; JILANI, 2016).

Por outro lado, Trump é visto na perspectiva de Palley (2017) como um neoconservador com o objetivo de desconstruir o processo de globalização, ao mesmo tempo em que se envolve em determinados conflitos regionais com o objetivo de angariar ganhos econômicos (PALLEY, 2017). No caso de Israel em especial, além do fator Trump, é importante considerar o peso que grupos de pressão exercem sobre o posicionamento estatal. O lobby israelense exerce o mesmo tipo de atividade, fazendo com que, de acordo com Mearsheimer e Walt (2007), as ações dos Estados Unidos no Oriente Médio sejam pouco racionais ou estrategicamente positivas para o país. Desta forma, vale ressaltar que, historicamente, antes mesmo de Trump, já havia uma defesa dentro dos EUA sobre a existência do Estado israelense (MEARSHEIMER; WALT, 2007).

Desta forma, além do impacto que o lobby e o perfil neoconservador têm sobre este tema durante a gestão Trump, o chefe de Estado estadunidense também havia prometido iniciar um processo de mudança da embaixada americana para Jerusalém em 2017. Ainda que a declaração emitida por Bolsonaro pareça ter somente um conteúdo protocolar, isto levou à formação de uma aliança transnacional de grupos políticos conservadores pentecostais americanos e brasileiros em prol de tal medida. De acordo com Maciel (2019), a mudança da embaixada despertou apoio da Iniciativa da Casa Branca para a Fé e Oportunidade (ICBFO), cujos representantes eram dois assessores nomeados por Trump: o ex-pastor Mario Brannick e a ex-congressista Michele Bachnann. Tal pressão norte-americana a favor da mudança também foi orquestrada em termos transnacionais no caso de Guatemala, outro país latino-americano disposto a tomar tal decisão (MACIEL, 2019).

CC BY NC SA

Desta forma, logrou-se com sucesso a adesão de um plano doméstico e paralelamente americano-israelense de tornar o Brasil uma plataforma de apoio externa à capitalização de Jerusalém por Israel, e de uma sinalização por parte da gestão bolsonarista para com o segmento político trumpista. Neste movimento de agregar as massas cristãs-conservadoras e posicionar o Brasil a favor destes dois países, a tradição diplomática foi desacreditada em favor de um cálculo político de apoio popular doméstico ao presidente Bolsonaro.

2.2 O pleito ao Clube dos Ricos

A entrada brasileira na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é algo que vem sendo discutida desde o ano de 2017 (durante o mandato do ex-presidente Michel Temer), quando houve a primeira tentativa formal do pleito pela vaga na instituição. Conhecida como o "clube dos ricos", a OCDE pode trazer diversos ganhos ao Brasil no que concerne ao acesso ao mercado internacional, uma vez que a instituição goza de alguns privilégios, como mecanismos de soluções de problemas comuns e inúmeros departamentos dedicados ao desenvolvimento econômico dos participantes. Entretanto, muitas foram as críticas à reorientação da política externa brasileira, que em seu cerne, adota uma postura reivindicatória e reformista em relação às instituições internacionais, e que recentemente passa a pleitear uma vaga em um clube nortista (ALBUQUERQUE; IVES, 2019).

A principal crítica a esse ponto de inflexão na política externa brasileira se deu pelo histórico do alinhamento do Brasil à cooperação sul-sul: mecanismo que surgiu como forma de um novo posicionamento na arena internacional (junto a mecanismos reformadores como o BRICS e o Ibas) em contraposição ao unilateralismo estadunidense no sistema internacional[5] (VIDIGAL; BERNAL-MEZA, 2020). Aos poucos, o Brasil foi perdendo voluntariamente sua identidade de líder dos países subdesenvolvidos para subjugar-se à posição de seguidor das instituições do norte político, ou seja, de uma política externa ativa para passiva.

Foi somente no mandato do presidente Jair Messias Bolsonaro, em 2019, que Washington apoiou o pleito brasileiro à vaga da OCDE, em uma das viagens do presidente à nação norte-americana. Mas a devida atenção à nação brasileira só foi dada após Bolsonaro concordar em renunciar ao tratamento especial diferenciado (TED) que o Brasil desfruta na Organização Mundial do Comércio (OMC) em futuros acordos. O TED permite que os países em desenvol-

5 Tal postura no sistema internacional adotado durante os governos Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016) não significou tornar o Brasil um rival na agenda diplomática estadunidense, mas sim um país crítico das instituições dominantes (VIDIGAL; BERNAL-MEZA, 2020).

CC BY NC SA

vimento consigam se integrar ao comércio internacional através de benefícios e flexibilizações concedidos pelos próprios países desenvolvidos em amplas áreas comerciais (AGÊNCIA SENADO, 2019; BULLA; LEOPOLDO, 2019).

Essa forma de aproximação realizada pelo presidente Bolsonaro pode ser vista como uma continuidade das tentativas falhas do governo Temer em conseguir uma vaga na organização. Em 2017, apesar de o Brasil ter tido o aval do "irmão do norte" na OCDE, o processo de análise do pleito brasileiro foi travado por Washington, ao mesmo tempo em que a solicitação argentina foi aprovada. Segundo o governo americano, o processo de entrada dos Estados na OCDE deveria ser feito de forma paulatina, de modo a não prejudicar o funcionamento da instituição (L.W. SANTOS, 2019). De acordo com o responsável pelo setor de assuntos públicos da missão dos EUA junto à OCDE, Youssef Erkouni:

> [...] os Estados Unidos apoiam o fato de que esses países se alinhem às diretrizes e instrumentos da OCDE, mas temos preocupações com o crescimento rápido da OCDE. É por isso que apoiamos um processo de adesão ordenado que garanta que a organização permaneça responsável perante seus membros (FERNANDES, 2018).

A indecisão de Washington com relação à entrada do Brasil na OCDE é um fato que ocorreu largamente nas negociações multilaterais e unilaterais entre Trump e Bolsonaro. Durante o mês de maio de 2019, em uma reunião ministerial da OCDE, os EUA autenticaram a entrada do Brasil na organização e também oficializaram o ingresso de seis nações: Brasil, Argentina, Peru, Bulgária, Croácia e Romênia. Entretanto, em uma carta enviada à Ángel Gurría (secretário geral da OCDE) em agosto do mesmo ano, Washington retificou seu apoio apenas à Argentina e Romênia, sem fazer quaisquer menções ao Brasil. O motivo foi o mesmo daquele já mencionado em 2017: a entrada dos Estados na organização deveria ser feita de forma paulatina (L.W. SANTOS, 2019). Nesse sentido, é importante ressaltar que apesar dos possíveis ganhos da participação do Brasil na OCDE, os custos dos esforços brasileiros (como a abdicação ao TED na OMC) têm sido mais rigorosos nessa relação desigual entre a nação brasileira e os EUA[6].

Para que a discussão da presença da religião nos esforços do governo Bolsonaro em ingressar na OCDE seja analisada, faz-se necessária uma breve apresentação do plano simbólico

6 Vale destacar que a OCDE exige uma série de políticas que necessitam ser implementadas rigorosamente para que o país consiga uma vaga na organização. Sendo assim, as nações que mais cumprem com a lista de exigências têm mais chances de conseguir uma vaga. Uma das exigências é o índice de sustentabilidade e cuidados ambientais, que acabou afetando a posição do Brasil no ano de 2020 devido às queimadas da Amazônia (OECD, 2018; BOADLE, 2019).

CC BY NC SA

que a organização representa. A atual OCDE deriva da antiga Organização para Cooperação Econômica Europeia (OCEE), que foi fundada no pós-Segunda Guerra com o objetivo de agir em conjunto com o Plano Marshall de reconstrução da Europa, que estava dizimada devido às consequências da guerra. A OCEE tinha como participantes os principais países do ocidente político e uma estrutura parecida com a atual OCDE, tratando de temas diversos, desde agricultura, carvão, ferro, até transportes, comércio e mão de obra. Entretanto, com a finalização do Plano Marshall em 1952, os países da Europa e da América do Norte se debruçaram sobre a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), que esteve em vigor desde o ano de 1948 (OECD, 2021). Sendo assim, os mesmos Estados que eram integrantes da OCEE, aderiram às políticas econômicas e militares da OTAN encabeçadas pelos EUA[7], como o termo de segurança mútua entre os países do ocidente político e o contrabalanceamento aos Estados satélites que compunham a antiga União Soviética.

É nesse plano simbólico (ou espiritual, como Ernesto Araújo costumava referir) que os esforços do governo Bolsonaro se enquadram, na tentativa de ingresso à organização que representa a unificação e promoção dos moldes do sistema produtivo capitalista e dos padrões éticos-normativos do ocidente. De acordo com o artigo de Ernesto Araújo intitulado "*Trump e o Ocidente*" publicado em 2017, o ex-ministro enfatiza a importância dessa "metapolítica" que engloba questões racionais e também emotivas, como "o conjunto de ideias, cultura, filosofia, história e símbolos", que permitiria o estudo do destino do mundo através da lente da geopolítica e da "teopolítica" (ARAÚJO, 2017).

> Tenhamos presente que, hoje, o Brasil pleiteia o ingresso na OCDE, ou seja, na instituição central que caracteriza o Ocidente econômico. Sentir-se o Brasil também parte do Ocidente espiritual, por dizê-lo assim, não seria talvez absurdo. Nesta hipótese, o Brasil – mesmo que o não queira – faz parte do Ocidente, e esse Ocidente está – mesmo que não o veja – em um conflito de gigantescas proporções por sua própria sobrevivência (ARAÚJO, 2017, p.354).

O estudo "teopolítico" defendido por Ernesto Araújo se faz presente principalmente na forma como ele enxerga a presença do Ocidente durante o alinhamento Trump-Bolsonaro. Como dito anteriormente, Araújo defende que o Ocidente (berço da fé cristã) tem sua existência ameaçada pela perda da fé dos praticantes na dimensão interna e pelo "extremismo islâmico" e "marxismo cultural", na dimensão internacional. Em contraste, o então ministro

7 Diante do cenário de Guerra-Fria e constante ameaça aos Estados que compunham a OTAN, os países membros chegaram a sugerir a incorporação dos comitês e dos especialistas da OEEC à organização como forma de reforço (THORSTENSEN; GULLO, 2018).

acreditava que somente um “Deus” poderia ser capaz de socorrer o Ocidente e vê na figura de Donald Trump e da nação norte-americana o Messias capaz de trazer essa salvação, mesmo que o filósofo Heidegger não o fizesse (ARAÚJO, 2017).

> Somente um Deus poderia ainda salvar o Ocidente, um Deus operando pela nação – inclusive e talvez principalmente a nação americana. Heidegger jamais acreditou na América como portadora do facho do Ocidente, considerava os EUA um país tão materialista quanto a União Soviética e incapaz da autopercepção metafísica indispensável à geração de um “novo começo”, como ele dizia, essa refundação do Ocidente que repetiria em outros termos o primeiro começo gerado pelos antigos gregos. Talvez Heidegger mudasse de opinião após ouvir o discurso de Trump em Varsóvia, e observasse: Nur noch Trump kann das Abendland retten, somente Trump pode ainda salvar o Ocidente (ARAÚJO, 2017, p.356).

Desde 2017, figuras como Ernesto Araújo (que viriam compor o Ministério das Relações Exteriores nos anos subsequentes) já carregavam consigo a ideia do pleito à OCDE como um sistema simbólico e de adesão e reforço de uma identidade cultural ocidental, que engloba valores éticos-normativos pautados na fé cristã. Assim sendo, o fundamentalismo cristão, neste caso, pode ser concebido como um fator que impulsiona a política externa do governo Bolsonaro em direção à adesão de uma identidade cultural que pode ser adquirida ao participar da instituição composta pelos principais países ocidentais: o “clube dos ricos” da OCDE.

2.3 A cruzada de Damares na ONU

Para se entender o posicionamento brasileiro dentro do quadro político da ONU (principalmente no que tange às políticas de Direitos Humanos), é preciso centrar-se em uma das então figuras fundamentais da gestão internacional bolsonarista: a ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves. Por mais que, durante os primeiros meses de mandato do governo Bolsonaro, ela fosse vista como uma figura secundária no quadro bolsonarista, a pastora foi uma das ministras com maior relevância dentro do governo (a ponto de influenciar a tomada de algumas decisões em ministérios maiores, como a Defesa e a Saúde), por mais que comande uma pasta com orçamento minoritário (SHALDERS, 2020).

Por exemplo, em pesquisa realizada pelo Datafolha em julho de 2019, a ministra teve a aprovação de 22% dos entrevistados, sendo a terceira no corpo ministerial mais bem avaliada na gestão Bolsonaro (ficando atrás somente de Paulo Guedes, da Economia (31%) e o ex-ministro Sérgio Moro, da Justiça com 52%). Já em dezembro do mesmo ano, o Datafolha confirmou que Damares melhorou sua avaliação entre os ministros pelos entrevistados (43%),

CC BY NC SA

ultrapassando Paulo Guedes (39%) e perdendo somente para Sérgio Moro (53%) (O GLOBO, 2019; DATAFOLHA, 2019).

A biografia da ministra tem grande prevalência em como suas ações pautam a política externa brasileira no campo de Direitos Humanos das Nações Unidas. Antes de assumir o ministério, Damares era assessora parlamentar do ex-senador Magno Malta (PL-ES), ligado à Bancada Evangélica. Sua postura e formação anti-aborto passou a guiar sua atuação junto a parlamentares cristãos, aproximando-a da figura de Jair Bolsonaro. Devido a seu comprometimento com causas anti-progressistas, Damares rapidamente ascendeu como a favorita para comandar a pasta da Família, Mulher e Direitos Humanos do governo, superando o protagonismo do próprio pastor Magno Malta (SHALDERS, 2020; SILVA; SILVA, 2020).

Devido a este posicionamento aguerrido à defesa de propostas voltadas ao campo cristão, por ter sido uma assessora do Senado bem-sucedida que superou traumas pessoais, e que atualmente se encontra no controle administrativo de um setor governamental, Damares é uma figura central em alguns dos temas mais polêmicos do bolsonarismo como, por exemplo, o combate à ideologia de gênero e as ações anti-pedofilia. Em termos de política doméstica, algumas das medidas que marcaram sua administração foram os desmontes dos conselhos de consulta à sociedade civil e de órgãos voltados ao auxílio de comunidades indígenas (SHALDERS, 2020; SILVA; SILVA, 2020). Portanto, Damares possui algumas bandeiras políticas de grande identificação com o governo Bolsonaro, o que a colocou em relação direta com a política externa brasileira na temática de Direitos Humanos.

Em seu posicionamento internacional, Damares ecoa o discurso bolsonarista de fortalecer a presença de inimigos externos como os principais críticos à gestão governamental, além de enfatizar a falta de embasamento factual de críticos ao governo no que tange a temas sensíveis, como a atuação frente aos povos indígenas:

> [...] é um grupo muito incomodado porque não está no poder. Isso está muito claro. O presidente Bolsonaro foi eleito de forma legítima, com a maioria do eleitorado. Ele veio com uma nova proposta, que é a universalização dos direitos. Então, há um grande incômodo. Se você observar, quem está fazendo essas denúncias genéricas é a esquerda. Eu acho que, só pelo fato de ser a esquerda que está denunciando, já poderíamos desconfiar que tem alguma coisa errada. Você não vê nenhuma instituição de direita denunciando que o presidente está violando direitos (GOMES, 2020).

Para tomar suas decisões, Damares também se pauta no papel de ascensão do pentecostalismo como fator essencial da política brasileira. Para a ministra, o evangelismo pode assumir maior protagonismo para lidar com diversos temas de caráter interno e externo ao

CC BY NC SA

país (GOMES, 2020). Neste quesito, é importante destacar que, perante a fragmentação existente dentro do setor evangélico, o discurso de Damares convive com uma ala política cristã cuja base é fortemente conservadora, como é o caso dos partidários do Partido Social Cristão (PSC), que tem a figura de Pedro Aleixo (um dos políticos mais famosos da União Democrática Nacional (UDN), membro da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e vice-presidente do Brasil no Governo Costa e Silva durante a Ditadura Militar) como uma de suas maiores inspirações. Características como estas demonstram como, no entorno de Damares, há a presença de um partido cristão fortemente ligado a valores conservadores morais (VALLE, 2018):

> É o momento de a igreja ocupar a nação, sim. A igreja tem um excelente trabalho social e pode ajudar muito mais o Brasil. É a igreja colaborar com a transformação da nação. Eu tenho um déficit no meu ministério, que é a falta de casas de abrigo para mulheres vítimas de violência. Os Estados não têm, os municípios não têm. Mas muitas igrejas têm um monte de salas fechadas que só abrem no domingo para meia hora de aula. Por que essa igreja não faz uma parceria conosco, cedendo o seu espaço físico para abrigar mulheres vítimas de violência? A igreja também pode nos ajudar com a interiorização dos venezuelanos. As igrejas evangélicas podem vir conosco. Nós temos uma grande denominação no Brasil, que é a igreja Assembleia de Deus, que tem mais de 40 mil templos. Se cada igreja trouxesse um venezuelano e cuidasse, nós resolveríamos o problema da fronteira (GOMES, 2020).

Portanto, o histórico biográfico da Damares somado a sua relação próxima com os valores cristãos e conservadores pode ter contribuído a posicionar o Brasil como um país crítico a posicionamentos de diversos organismos multilaterais, como a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a ONU, principalmente no tocante a temas como o aborto (VIVANCO, 2019). Sob a administração de Donald Trump, os temas defendidos por Damares foram respaldados pelos Estados Unidos, o que também era sustentado no campo da política externa pelo então chanceler Ernesto Araújo, que defendeu junto a Damares vetos a termos considerados nocivos como “direitos sexuais e reprodutivos”. Ao alterar um posicionamento histórico da política externa brasileira frente ao direito das mulheres, o apoio norte-americano à mudança da postura do Brasil no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas foi central para as aspirações trumpistas e bolsonaristas (HUMAN RIGHTS WATCH, 2020; CHADE, 2019). Bolsonaro já havia sinalizado no início do seu mandato que tinha grande preferência que o Brasil não votasse mais junto a outros países contrários à sua proposta de governo, mas que devia seguir os Estados que são as suas maiores aspirações externas - Israel e EUA. Segundo o presidente, a pasta que Damares guia no exterior deve seguir estes Estados, que seriam os exemplos de liberdade democrática (LOTT, 2019).

CC BY NC SA

Em diversos conselhos em que a Administração Trump precisava de apoio, mas estava impossibilitada de participar, o Brasil foi escolhido como o país que deveria mudar seu posicionamento político a fim de defender medidas restritivas a direitos reprodutivos com apoio de setores neoconservadores estadunidenses. Por exemplo, durante o período em que Trump esteve sob a liderança do governo americano, criou-se o "Consenso de Genebra", grupo composto por Brasil, EUA, Polônia, Hungria e diversos países árabes que contrariava qualquer decisão a favor de políticas de defesa aos direitos reprodutivos. Este grupo dentro da Comissão de Direitos Humanos da ONU era encabeçado pelos EUA, cuja liderança foi passada ao Brasil após a derrota trumpista nas eleições de 2020. Antes disso, encontros entre o secretário de estado Mike Pompeo e representantes brasileiros tratavam das diretrizes de como os EUA deveriam guiar os passos da política externa brasileira. Em termos expressos, tais encontros fortaleciam uma agenda doméstica já definida pelo governo federal, como por exemplo, a defesa dos valores familiares e restrição de direitos a grupos LGBTQIA+, como também serviam para blindar a gestão Bolsonaro de críticas vindas da comunidade internacional (NEVES; WACHHOLZ, 2021; CHADE, 2021; CHADE, 2020).

Além disso, observou-se um conflito entre o corpo diplomático brasileiro (favorável à posição tradicional do Brasil como defensor das liberdades femininas) frente a setores ideológicos da gestão Bolsonaro. O corpo diplomático teve que ceder em diversas ocasiões por pressões tanto dos EUA como de outros grupos dentro do governo, levando à adoção de discursos que contrariavam compromissos históricos do Brasil, assumidos na Declaração de Pequim de 1995. Invariavelmente e sem muita margem de escolha, as delegações brasileiras acabaram sendo forçadas a vetar qualquer tipo de menção a gênero conforme se desejava na cúpula bolsonarista (CHADE, 2019).

Considerando todos estes fatores, é importante salientar que Damares Alves, junto ao ex-ministro Ernesto Araújo passaram a defender uma política externa voltada aos interesses norte-americanos por meio da temática de gênero como uma ferramenta auxiliar, no qual tanto Damares como o conservadorismo cristão são adeptos (CHADE, 2019). Com a ascensão do governo de Joe Biden, é importante ressaltar que o objetivo da nova gestão americana deve ser o de reconstruir a antiga ordem internacional liberal existente antes da Administração Trump, tendo de lidar com alianças trumpistas fortemente interligadas ao governo antecessor, como é o caso do Brasil. Neste modelo defendido pela presidência anterior a Biden, os autores Sheffer e Sloss (2021) ressaltam a existência de um amplo processo de desconstrução dos valores liberais do sistema internacional. Portanto, naturalmente, o Brasil acaba sendo cada vez mais isolado no cenário do Conselho de Direitos Humanos da ONU (SHEFFER; SLOSS, 2021).

CC BY NC SA

CONCLUSÃO

Através da análise das três principais tomadas de decisões propostas pelo governo Bolsonaro (a mudança da embaixada israelense; a entrada do Brasil na OCDE; e o posicionamento de Damares na ONU), o artigo buscou artifícios para responder à pergunta inicialmente elaborada para conduzir estes estudos: "se e de que forma o discurso fundamentalista cristão fornece parâmetros para a condução da política externa brasileira em relação aos EUA?". Com relação aos três casos analisados, é possível afirmar que todos eles apresentam em algum grau o discurso religioso conservador como justificativa de ação. Entretanto, este discurso não possui uma consistência clara quanto à intersecção ao pensamento neoconservador estadunidense como um todo, salvo uma série de crenças amplamente veiculadas, a exemplo da Teologia da Prosperidade e algumas inclinações ao pensamento da extrema-direita.

No caso da primeira variável (o projeto de transferência da embaixada brasileira para Jerusalém), a presença de um influente *lobby* político cristão tanto por parte dos Estados Unidos como de determinados grupos de interesse dentro do Brasil teve como objetivo satisfazer os principais atores envolvidos: o presidente Bolsonaro (manutenção da popularidade junto ao público evangélico), o ex-primeiro-ministro Netanyahu (a necessidade de aliados importantes de apoio - Brasil e EUA) e o ex-presidente Donald Trump (parte de sua plataforma de política externa para os EUA).

Enquanto segunda variável, a tentativa brasileira de ingresso à OCDE pode ser considerada um dos casos onde o fundamentalismo cristão está mais presente, se tratando de política externa. A partir do pensamento do ex-chanceler Ernesto Araújo, pode-se considerar que o ingresso à OCDE por parte do Brasil objetivou não só a procura por maior acesso às instituições internacionais, mas também se traduziu no resgate à cultura ocidental pautada no "espírito da fé cristã". Portanto, pleitear uma vaga na OCDE é também rotular o Brasil como sendo parte de um grupo político-econômico e sobretudo religioso. Com relação a última variável, a ministra Damares Alves tem um alinhamento fidedigno com o neopentecostalismo, sendo uma das políticas que melhor conseguiram sintetizar os anseios desta classe política no âmbito doméstico e internacional. A atuação da ministra na Comissão de Direitos Humanos da ONU pode ser vista durante este artigo como o caso mais evidente das aspirações de setores do evangelismo e do alinhamento às propostas dos Estados Unidos, principalmente através da plataforma de gênero - um dos temas de maior debate para o *lobby* cristão.

Portanto, considerando as três variáveis desenvolvidas por este artigo, é importante considerar que o fundamentalismo cristão é, de fato, um catalisador de ideias como forma de

CC BY NC SA

manter as bases cristãs unidas ao plano bolsonarista. Quanto à figura do presidente da república em si, a aproximação com grupos simpáticos a seu posicionamento político é evidente, por mais que enquanto parlamentar, Bolsonaro era um deputado de pouca expressão no Congresso e que dependia de declarações polêmicas para ter espaço político.

Perante o cenário de mudanças vividas por alguns dos atores centrais neste artigo - a eleição e a chegada de Joe Biden à presidência dos Estados Unidos, o impacto do cenário pandêmico da Covid-19 sob a política doméstica e a popularidade interna de Jair Bolsonaro, e principalmente a demissão do chanceler Ernesto Araújo, é preciso analisar a relação do cristianismo brasileiro com os Estados Unidos (e consequentemente com Israel) com cautela: o cristianismo é uma força crescente nos últimos anos no Brasil, todavia, fatos conjunturais como os citados anteriormente a fim de manter estabilidade nos rumos da política doméstica (inclusive na política externa) a favor de Bolsonaro sugerem a adoção de declarações menos histriônicas (principalmente após a saída de Ernesto Araújo e a entrada do chanceler Carlos França no Itamaraty), ainda mais em um momento de dificuldades enfrentado por um chefe de Estado. Não significa que haja uma correção dos rumos da política externa. Todavia, a relação cristã por meio do Itamaraty junto a Washington pode ter de se adaptar a um discurso político menos ruidoso, e com menor propensão a ser desmoralizante para a reputação brasileira e para a imagem de Jair Bolsonaro.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SENADO. **Entrada do Brasil na OCDE provoca polêmica na CRE.** 13 jun., 2019. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/06/13/entrada-do-brasil-na-ocde-provoca-polemica-na-cre. Acesso em: 17/04/2021.

ALBUQUERQUE, Marianna. Monitor Eleitoral: Eleições de 2018 no Brasil. **Boletim OPSA**, n. 1, p. 6–9, 2018.

ALBUQUERQUE, M.; IVES, D. ABC do Jair: o novo léxico da política externa brasileira. **Boletim OPSA**, v., n. 3, p. 6–14, jul. 2019.

ALVES, José Eustáquio Diniz. O VOTO.... O voto evangélico garantiu a eleição de Jair Bolsonaro. **Instituto Humanitas Unisinos,** Notícias, 01 nov., 2018. Disponível em: http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/584304-o-voto-evangelico-garantiu-a-eleicao-de-jair-bolsonaro. Acesso em: 17 abr. 2021.

ALVES, Syntia Pereira. Mídia, democracia e a presença dos neopentecostais na política brasileira. *In:* 10° ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIAS POLÍTICAS. 10, 2016, Belo Horizonte. **Ciência Política e a Política: Memória e Futuro.** Organização: Leonardo Avritzer, Carlos R. S. Milani, Maria do Socorro Braga, Maria Magna Ignácio e Manoel Duarte Santos. Belo Horizonte: Associação Brasileira de Ciência Política, 2016. Disponível em: https://cienciapolitica.org.br/system/files/documentos/eventos/2017/04/midia-democracia-e-presenca-dos-neopentecostais-politica.pdf. Acesso em: 21/01/2021.

ALMEIDA, Ronaldo de. Conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. **Novos Estudos,** v. 38, n. 0, p. 185–213, 2019.

ALONSO, Angela. A política das ruas: protestos em São Paulo de Dilma a Temer. Novos estud. **CEBRAP,** especial, pp. 49-58, jun.2017. Disponível em: http://novosestudos.com.br/wp-content/uploads/2018/07/Angela-Alonso_A-pol%C3%ADtica-das-ruas.pdf. Acesso em: 28/03/2022.

ARAÚJO, Ernesto Henrique Fraga. Trump e o ocidente. **Cadernos de política exterior**, ano 3, n. 6, 2017, p. 323-357. Disponível em: http://funag.gov.br/biblioteca/download/CADERNOS-DO-IPRI-N-6.pdf. Acesso em: 01/02/2021.

AVRITZER, Leonardo. **Impasses da democracia no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BARBOSA, Rubens. Mudança da Embaixada para Jerusalém. **Interesse Nacional,** 26 fev., 2019. Disponível em: http://interessenacional.com.br/2019/02/26/mudanca-da-embaixada-para-jerusalem/. Acesso em: 22/02/2021.

BOADLE, A. Amazon fires could burn Brazil's bid to join OECD rich nations club. **Reuters**, 23 ago. 2019.

BULLA, Beatriz; LEOPOLDO, Ricardo. Brasil cede na OMC em troca de apoio dos EUA na OCDE. **O Estado de São Paulo.** Economia & Negócios, 19 mar., 2019. Disponível em: https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-e-eua-se-comprometem-a-reduzir-barreiras-comerciais-e-de-investimento,70002761243. Acesso em: 17/04/2021.

CALDAS, Carlos. Motivações teológicas da intenção do Governo Bolsonaro de mudar a embaixada do Brasil em Israel de Tel Aviv para Jerusalém. **Instituto Humanitas Unisinos,** 02 abr., 2019. Disponível em: http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/588021-motivacoes-teologicas-da-intencao-do-governo-bolsonaro-de-mudar-a-embaixada-do-brasil-em-israel-de-tel-aviv-para-jerusalem. Acesso em: 22/02/2021.

CARDOZO CUNHA, Vanessa. O discurso neopentecostal na formação da identidade política: um estudo etnográfico das redes sociais online e seus desdobramentos nas eleições municipais de 2016. *In:* VII CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM COMUNICAÇÃO E POLÍTICA. 7, 2017, Porto Alegre. **Democracia em crise? Mídia, opinião pública e instituições do Brasil contemporâneo.** Organização: Alexandre Haubrich, Angelo Nekel, Bruna Andrade, Camila Becker, Camila César, Janaína Gomes, Marcelo Parker, Marja Pfeifer Coelho, Matheus Linke e Sandra Bitencourt de Barreras. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017. Disponível em: http://compolitica.org/novo/anais/2017_Cardozo-Cunha-O-DISCURSO-NEOPENTECOSTAL-NA-FORMA%C3%87%C3%83O-DA-IDENTIDADE-POL%C3%8DTICA.pdf. Acesso em: 21/01/2021.

CARVALHO, Olavo De. **O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota.** Rio De Janeiro: Editora Record, 2014. p. 616.

CASARÕES, Guilherme. Política externa sob Bolsonaro e Ernesto Araújo inaugura a diplomacia populista. **Folha de São Paulo,** 22 abr., 2020. Mundo. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/04/politica-externa-sob-bolonaro-e-ernesto-araujo-inaugura-a-diplomacia-populista.shtml. Acesso em: 26/01/2021.

CHADE, Jamil. Brasil "choca" com proposta na ONU sobre direitos da mulher. **Uol.** 14 mar., 2021. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2021/03/14/brasil-choca-com-proposta-na-onu-sobre-direitos-da-mulher.htm. Acesso em: 07/04/2022.

CHADE, Jamil. EUA acionam Brasil para implementar agenda ultraconservadora na ONU. **Uol.** 12 out., 2019. Disponível em: https://jamilchade.blogosfera.uol.com.br/2019/10/12/eua-acionam-brasil-para-implementar-agenda-ultraconservadora-na-onu/. Acesso em: 12/03/2021.

CHADE, Jamil. EUA discutem redefinir direitos humanos no mundo; Brasil vê processo "útil". **Uol.** 18 fev., 2020. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/02/18/eua-redefinirao-direitos-humanos-e-brasil-envia-representante.htm. Acesso em: 07/04/2022.

CHAGAS-BASTOS, Fabrício H. Political Realignment in Brazil: Jair Bolsonaro and the Right Turn. **Revista de Estudios Sociales,** n. 69, 2019. Disponível em: https://journals.openedition.org/revestudsoc/46149. Acesso em: 26/01/2021.

CHAGAS-BASTOS, Fabrício H.; FRANZONI, Marcela. The Dumb Giant: Brazilian Foreign Policy under Jair Bolsonaro. **E-International Relations.** 16 oct., 2019. Disponível em: https://www.e-ir.info/2019/10/16/the-dumb-giant-brazilian-foreign-policy-under-jair-bolsonaro/. Acesso em: 26/01/2021.

CONGRESSO EM FOCO. **Veja quais deputados e senadores fazem parte da bancada evangélica. 15 set., 2020.** Disponível em: https://congressoemfoco.uol.com.br/legislativo/veja-quais-deputados-e-senadores-fazem-parte-da-bancada-evangelica/. Acesso em: 21/01/2021.

COPELLI, Giancarlo Montagner. Neopentecostalismo e democracia no Brasil: entre os eleitos de Deus, há espaço para os iguais da democracia?. **Revista Jurídica Direito, Sociedade e Justiça,** v. 1, n. 1, 2014, p. 1-17. Disponível em: https://periodicosonline.uems.br/index.php/RJDSJ/article/download/675/641. Acesso em: 06/01/2021.

DATAFOLHA. Moro é ministro mais conhecido e bem avaliado do governo. **Folha de São Paulo.** Opinião Pública, 09 dez., 2019. Disponível em: https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2019/12/1988544-moro-e-ministro-mais-conhecido-e-bem-avaliado-do-governo.shtml. Acesso em: 04/04/2022.

DIP, Andrea. **Em nome de quem?: a bancada evangélica e seu projeto de poder.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

DUSANIC, Arsenije; PENEV, Plamen P.. The Influence of the Neoconservative Movement on U.S. Foreign Policy. **Connections,** v. 8, n. 2 (Spring 2009), pp. 91-99. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/pdf/26326171.pdf. Acesso em: 14/03/2022.

FERNANDES, D. Por que o Brasil ainda não conseguiu entrar na OCDE, o clube dos países ricos. **BBC News Brasil**, 5 jun. 2018.

FERNANDES, Talita. Bolsonaro afirma que transferirá embaixada para Jerusalém até 2021. **Folha de São Paulo,** 03 fev., 2021. Mundo. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/02/bolsonaro-afirma-que-transferira-embaixada-para-jerusalem-ate-2021.shtml. Acesso em: 22/02/2021.

FIGUEIREDO, Patrícia. Bolsonaro mente ao dizer que Haddad criou 'kit gay'. **El País Brasil.** Eleições Brasil 2018. 13 out. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/12/politica/1539356381_052616.html. Acesso em: 30/03/2022.

FRESTON, Paul. **Protestantismo e política no Brasil:** da constituinte ao impeachment. 1993. 307f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciencias Humanas, Campinas, 1993. Disponível em: http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/279821. Acesso em: 07/01/2021.

GABATZ, Celso. **O neopentecostalismo e a teologia da prosperidade no Brasil:** aspectos de uma identidade religiosa e social na contemporaneidade. Orientador: José Ivo Follmann. 2017. 171 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2017. Disponível em: http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/6489/Celso%20Gabatz_.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 07/01/2021.

GERTEIS, Joseph; HARTMANN, Douglas; EDGELL, Penny. Racial, Religious, and Civic Dimensions of Anti-Muslim Sentiment in America. **Social Problems,** 2020, 67, p. 719–740.

GOMES, Aura Rejane. **A questão palestina e a fundação de Israel.** Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Departamento de Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-24052002-163759/publico/TeseAuraGomes.pdf. Acesso em: 31/03/2022.

GOMES, Karina. "É o momento de a igreja ocupar a nação", diz Damares Alves. **DW Brasil.** 28 fev., 2020. Disponível em: https://www.dw.com/pt-br/%C3%A9-o-momento-de-a-igreja-ocupar-a-na%C3%A7%C3%A3o-diz-damares-alves/a-52559550. Acesso em: 12/03/2021.

GORTÁZAR, Naiara Galarraga. Olavo de Carvalho, o onipresente oráculo do bolsonarismo. **El País Brasil.** Brasil. 13 abr. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/14/politica/1555201232_670246.html. Acesso em: 24/07/2022.

HIGH, Brandon. The Recent Historiography of American Neoconservatism. **The Historical Journal,** v. 52, n. 2, Jun., 2009. pp. 475-491. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/pdf/40264180.pdf. Acesso em: 08/03/2022.

HUMAN RIGHTS WATCH. **Brazil - Events of 2020. 2020.** Disponível em: https://www.hrw.org/world-report/2021/country-chapters/brazil. Acesso em: 12/03/2021.

JILANI, Zaid. Neoconservatives declare war on Donald Trump. **The Intercept.** 29 fev., 2016. Disponível em: https://theintercept.com/2016/02/29/neoconservatives-declare-war-on-donald-trump/. Acesso em: 01/04/2022.

LACERDA, Fábio. **Pentecostalismo, eleições e representação política no Brasil contemporâneo.** Orientador: Paulo Ricci. 2017. 144 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-02062017-103551/publico/2017_FabioLacerda_VCorr.pdf. Acesso em: 21/01/2021.

LACERDA, Marina Basso. **Neoconservadorismo de periferia: articulação familista, punitiva e neoliberal na Câmara dos Deputados.** 2018. 207f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: https://www.bdtd.uerj.br:8443/bitstream/1/12476/1/tese%20Marina%20Basso%20Lacerda.pdf. Acesso em: 07/03/2022.

LAFER, Celso. **[Entrevista [2020].** Entrevistador: Vera Magalhães. In: YOUTUBE. Vídeo (ca. 110 min.). Entrevista concedida ao Brazil Conference. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?t=1010&v=sVZzzYVjK_E&feature=youtu.be. Acesso em: 26/01/2021.

LEIRNER, Piero. Bolsonaro tem papel de 'causar explosão' para permitir ação 'reparadora' de militares, diz antropólogo. **Instituto Humanitas Unisinos,** Notícias, 08 jun., 2020a. Disponível em: http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/599745-bolsonaro-tem-papel-de-causar-explosao-para-permitir-acao-reparadora-de-militares-diz-antropologo. Acesso em: 16/12/2020.

LEIRNER, Piero C. **O Brasil no espectro de uma guerra híbrida:** militares, operações psicológicas e política em uma perspectiva etnográfica. São Paulo: Alameda, 2020.

LEPISTÖ, Antti. Neoconservatives loathe Trump — but they helped pave the way for his rise. **The Washington Post.** Made by History. 04 mar., 2021. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/outlook/2021/03/04/neoconservatives-loathed-trump-but-they-helped-pave-way-his-rise/. Acesso em: 01/04/2022.

LIMA, Maria Regina Soares de; ALBUQUERQUE, Marianna. O Estilo Bolsonaro de Governar e a Política Externa. **Boletim OPSA,** n. 1, p. 15–21, 2019.

LOTT, Diana. Brazils "Rigged" UN Vote Has Ended, Says Bolsonaro. **Folha de São Paulo.** World. 12 april, 2019. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/internacional/en/world/2019/04/brazils-rigged-un-vote-has-ended-says-bolsonaro.shtml. Acesso em: 13/03/2021.

LUPA, Equipe. Kit gay, seminário LGBT infantil e lei do incesto: exemplos de desinformação sobre educação sexual no Brasil. **Agência Lupa,** 19 nov. 2019. Disponível em: https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2019/11/19/kiy-gay-coletanea/. Acesso em: 30/03/2022.

MACIEL, Alice. Emissários evangélicos de Trump atuaram para mudar embaixada brasileira em Israel. **Agência Pública,** 12 ago., 2019. Disponível em: https://apublica.org/2019/08/emissarios-evangelicos-de-trump-atuaram-para-mudar-embaixada-brasileira-em-israel/. Acesso em: 22/02/2021.

MEARSHEIMER, John J.; WALT, Stephen M**.. The Israel lobby and U.S. foreign policy.** New York: London Review of Books, 2007. Disponível em: https://bamdadi.files.wordpress.com/2014/08/the-israel-lobby-and-us-foreign-policy-bamdadi-dot-com.pdf. Acesso em: 01/04/2022.

MORAES, Gerson Leite de. Neopentecostalismo - um conceito-obstáculo na compreensão do subcampo religioso pentecostal brasileiro. **Revista de Estudos da Religião**, jun., 2010, p. 1-19. Disponível em: http://www4.pucsp.br/rever/rv2_2010/t_moraes.pdf. Acesso em: 06/01/2021.

MORAES, Reginaldo C.. The resistable rise of Donald Trump. **Tempo do Mundo,** v. 5, n. 1, jan. 2019. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9825/1/Tempo%20do%20Mundo_v5_n1_the_resistable.pdf. Acesso em: 01/04/2022.

NEVES, Jordana de Moraes; WACHHOLZ, Rafael de Oliveira. A influência da religião na atuação de Damares Alves na Organização das Nações Unidas (ONU). **Plural.** v. 28, n. 1, jan./jun. 2021. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/176957/174220. Acesso em: 07/04/2022.

OECD. **OECD Membership and the Values of the Organisation**. 2018. Disponível em: https://tuac.org/news/oecd-membership-and-the-values-of-the-organisation/#:~:text=Countries%20wishing%20to%20become%20OECD. Acesso em: 16/03/2021.

OECD. **About the OECD**. 2021. Disponível em: https://www.oecd.org/about/. Acesso em: 16/03/2021.

OLIVEIRA, André Azevedo de. Black bloc: a tática fugidia que desnorteia e assusta SP. **El País Brasil.** Brasil. 13 set., 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/09/10/politica/1473461724_961425.html. Acesso em: 24/07/2022.

O GLOBO. Datafolha: Moro é o ministro mais popular do governo Bolsonaro. **O Globo.** Política. 09 jul., 2019. Disponível em: https://oglobo.globo.com/politica/datafolha-moro-o-ministro-mais-popular-do-governo-bolsonaro-23793604. Acesso em: 04/04/2022.

PALLEY, Thomas. Trump's Neocon Neoliberalism Camouflaged with Anti-Globalization Circus. **Challenge,** v. 0, n. 0, pp. 1-7, 2017.

PINHEIRO, Leticia; LIMA, Maria Regina Soares de. O Regresso Conservador Sul-Americano. **Boletim OPSA,** n. 1, p. 4–5, 2019.

CC BY NC SA

QUINTELA, Débora Françolin. A direita bolsonarista: neoliberalismo, neoconservadorismo e a instrumentalização política da "família". In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 44., 2020, São Paulo. Anais eletrônicos [...]. São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2020. p. 1-25. Disponível em: https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/9096. Acesso em: 29/03/2022.

RIVERA, Paulo Barrera; FIDALGO, Douglas. Patrimonialismo pentecostal: novo patamar das relações entre religião e política no Brasil recente. **Estudos de Religião,** v. 33, n. 2, p. 77–99, 2019.

RODRIGUES, Theófilo. Os partidos políticos e as organizações religiosas no Brasil contemporâneo. In: 18º Congresso Brasileiro de Sociologia, 18, 2017, Brasília. Anais. Brasília: Sociedade Brasileira de Sociologia, 2017, p. 1-19. Disponível em: http://www.adaltech.com.br/anais/sociologia2017/resumos/PDF-eposter-trab-aceito-0538-1.pdf. Acesso em: 24/07/2022.

SANTOS, Leandro Wolpert dos. A política externa brasileira para os Estados Unidos no primeiro ano do governo Jair Bolsonaro. **Boletim OPSA**, n. 3, p. 15–22, jul. 2019. Disponível em: http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2017/01/Boletim_OPSA_2019_n3_jul-set-1.pdf. Acesso em: 16/04/2021.

SANTOS, Rayani Mariano dos. **As disputas em torno das famílias na Câmara dos Deputados entre 2007 e 2018: familismo, conservadorismo e neoliberalismo.** Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/38470/1/2019_RayaniMarianodosSantos.pdf. Acesso em: 29/03/2022.

SHALDERS, André. Como Damares Alves saiu de ministra 'periférica' a figura central do bolsonarismo. **BBC News Brasil,** 03 set., 2020. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53980530. Acesso em: 12/03/2021.

SHEFFER, Gregory; SLOSS, David L. Introduction to the Symposium on the Biden Administration and the International Legal Order. **AJIL Unbound,** n. 115, 40-45, 2021. Disponível em: https://www.cambridge.org/core/journals/american-journal-of-international-law/article/introduction-to-the-symposium-on-the-biden-administration-and-the-international-legal-order/7FA3E1DF20C497801146FF7BA9D947B1. Acesso em: 12/03/2021.

CC BY NC SA

SILVA, Edvania Gomes da; SILVA, Alessandra Souza. Do lugar de pastora ao lugar de ministra: percurso de um enunciado atribuído a Damares Alves. **Estudos da Lingua(gem),** v. 18, n. 3, p. 153-171. set.-nov., 2020. Disponível em: https://periodicos2.uesb.br/index.php/estudosdalinguagem/article/view/7951/5465. Acesso em: 12/03/2021.

SOUZA, André Ricardo de. O empreendedorismo neopentecostal no Brasil. **Ciências Sociais e Religião,** ano 13, n. 15, jul./dic., 2011, p. 13-34. Disponível em: https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/csr/article/download/12743/8108. Acesso em: 06/01/2021.

SOUZA, Eliane Caloi Bovkalovski de; MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de. Os pentecostais: entre a fé e a política. **Revista Brasileira de História,** v. 22, n. 43, pp. 85-105, 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbh/a/sj7KKXtNzFzJMDc6ZDZk9DN/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 21/03/2022.

THORSTENSEN, V.; GULLO, M. F. O Brasil na OCDE: Membro Pleno ou Mero Espectador? **Fundação Getúlio Vargas**, n. 479, p. 1–30, maio 2018.

VALLE, Vinicius Saragiotto Magalhães. Direita religiosa e partidos políticos no Brasil: os casos do PRB e do PSC. **Teoria e Cultura,** v. 13, n. 2, dez., 2018.

VIDIGAL, Carlos Eduardo; BERNAL-MEZA, Raúl. Bolsonaro versus Rio Branco: transição hegemônica, América do Sul e política externa. **Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad.** v. 15, n. 2, p. 11-26. 2020. Disponível em: http://www.scielo.org.co/pdf/ries/v15n2/1909-3063-ries-15-02-11.pdf. Acesso em: 13/04/2020.

VIVANCO, José Miguel. Brazil's Human Rights Minister's Feigned Concern for Women. **Human Rights Watch.** Commentary. 04 out., 2019. Disponível em: https://www.hrw.org/news/2019/10/04/brazils-human-rights-ministers-feigned-concern-women. Acesso em: 12/03/2021.

WENDT, Alexander. **Social theory of international politics.** Cambridge: Cambridge University Press, 1999.